

A escritura da memória enquanto fundamento identitário do eu

Carlos Eduardo Japiassú de Queiroz

Departamento de Letras Vernáculas/UFS

Iniciaremos este trabalho com uma assertiva axiomática: se há algo que na existência do homem pode ser contemplado com a qualidade da permanência, esse algo é a faculdade da memória. Porém, uma permanência não do que é, e sim do que passa, do que fica e do que resta na passagem do tempo.

Portanto, atribuiríamos à memória o princípio da unidade e continuidade do ser, base da personalidade individual (assim como a tradição pode ser considerada a base da personalidade coletiva), ou seja, o princípio integrador através do qual o indivíduo se esforçaria em perseverar em seu ser.

A história passada e antepassada de cada um comportar-se-ia como lar-abrigo, refúgio do ser nos momentos em que o princípio inerentemente oposto ao do in(divíduo), o da fragmentação do ser, aparece teimosamente com sua vocação dissociativa.

Não consideramos excessivo frisar que não apontamos para uma subjetividade inteiriça e transparente, fincada num sujeito idêntico a si mesmo, pois, como aposta Merleau-Ponty, “a subjetividade arrasta seu corpo atrás de si” (1994, p. 472). Dessa maneira, pretendemos pensar a indivisibilidade do sujeito como princípio intrinsecamente identitário, mas sempre desfeito e refeito no curso do tempo. Dito isto, observaríamos que a primeira e talvez mais importante expressão concernente à memória seja a sensação de proximidade que as lembranças passadas trazem ao ser. Queremos nos referir ao vital estado íntimo provido pelo sentimento de pertença a uma história e de contiguidade a um território.

Como mostra a antropologia, os grupos sociais têm como fundamento de sua personalidade coletiva a continuidade de uma tradição. No que concerne às sociedades ditas “primitivas”, esta seria mantida pela revisitação de seu mito fundador, consubstanciado numa narrativa primeva, ancestral, que imporá um sentido ético-organizacional à existência do grupo. Em relação a elas, poderíamos falar de uma memória coletiva perene e indefectível. Quando, por outro lado, pensamos nas sociedades modernas e no intenso grau de individualização alcançado pelo homem contemporâneo, vivendo numa linha divisória entre a tradição e a liberdade para o novo, atentamos para o constante estado de contradição entre a continuidade mantenedora das (não) escolhas costumeiras e a liberdade, digamos, catastrófica, da não-adoção delas. Neste caso, em se tratando dessa espécie de esfacelamento que acomete a modernidade, a revisitação

memorial, principalmente nas fases de uma ruptura, surgiria como ato espontâneo do espírito. Este, na impossibilidade de resolver o impulso contraditório – contra a tradição –, por algum motivo impregnado à personalidade, buscaria o passado como uma forma de dotar-se da “graça” de uma estabilidade. Tal percurso se consolidaria como o movimento no qual o espírito viria a si pelo despertar das imagens que compõem a vida passada. Nesse sentido, conceder-se-ia uma identidade entre espírito e memória. Identidade que defenderíamos como forma mais plausível de se atribuir uma concreção de significado ao que vem a ser chamado de espírito. Como diz Henry Bergson em *Matéria e memória*, “se, portanto, o espírito é uma realidade, é aqui, no fenômeno da memória, que devemos abordá-lo experimentalmente” (1999, p. 78). É dessa espécie de reciprocidade significativa que nasceria o horizonte de uma consciência individual, como também, acrescentaríamos enfaticamente, a possibilidade de suplantar uma autoidentidade solidificada na identificação com as ordenações socioculturais. Visaríamos, assim, a uma consciência que, no incurso da memória, desenvolveria uma contundente sensação de domínio, como de pertencimento, a alteridade e/ou a diferença de sua história própria – pois o que há de peremptório a distinguir as pessoas senão o senso unívoco de seus trajetos particulares? Desse modo, pretendemos nos referir a uma consciência “individualizante” que, ao descentrar a generalidade objetivada da espécie, perfará a medida e o alcance de sua subjetividade; para, então, (des)fechando o raciocínio, dizer que esta só se assumiria como tal levando a efeito a contribuição do fenômeno da memória.

Nesse âmbito, a adoção da reflexão bergsoniana viria pela tentativa de unir ao problema da percepção uma teorização a respeito da memória. Dirá ele: “Na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (Bergson, 1999, p. 30). O princípio básico sugerido por Bergson é que a percepção consistiria num conhecimento útil que o corpo engendra em sua interação com o meio, de modo a fazer uma seleção das imagens percebidas de acordo com a vantagem que o corpo busca na luta pelo prosseguir de sua consistência. Nesse processo, todos os dados da experiência passada viriam naturalmente em ajuda à consecução dessa meta instintiva; ou seja, ao enfrentarmos um dilema objetivo, recorreremos, com maior ou menor consciência, à lembrança de ocorrências similares para a escolha de uma determinada resolução.

Veremos adiante que Bergson classifica tipos de lembranças conforme suas funções concernentes à percepção. Portanto, mesmo num modo de conhecimento mais especulativo, e até contemplativo – um conhecimento antifuncional fundado numa imaginação à deriva –, ocorreria, no cerne da combinação das imagens providas à mente, um espontâneo chamamento à memória. Queremos assinalar que o processo memorial viria sempre como uma ajuda, um benemérito, emergindo à consciência por uma necessidade do espírito em se manter como existente; desde a ativa intenção, mais ou menos reflexa, surgida no conflito com o outro humano ou natural – característica geral dos seres vivos –, até a qualidade supérflua, talvez só inerente ao homem, de rememorar imagens à toa do passado. Se entre esses dois casos, como obsessivamente interessa a Bergson, houve uma mudança de natureza na imagem memorial, ou apenas um aumento no seu grau de complexidade, aqui nos parece irrelevante. O importante a se relevar é que em tal necessidade se firmaria um movimento de reorganização do corpo em direção a um novo momento – lugar de equilíbrio do ser.

Quando falamos de um efeito da imagem memorial sobre o espírito, obrigatoriamente nos vêm à mente as obras de Gaston Bachelard nas quais este poeta-epistemólogo ressalta o poder benfazejo que o devaneio poético de imagens de potências materiais teria na alma. No entanto, é-nos dificultoso responder ou tratar acerca das repercussões tristes, doloridas ou no mínimo incômodas que insistentemente assombam a consciência – normalmente associadas a pequenos pormenores de lembranças contíguas ou afins. Será que o pesar trazido por elas não afetaria o espírito de maneira oposta às preconizadas acima? Será que o devaneio, primo-irmão da memória, também não teria sua carga obscura? Inegável é o peso da memória. E tão forte às vezes ele se faz sentir, que uma das estratégias para um bem-estar da alma consiste na seleção consciente das lembranças advindas, de modo a, na medida do possível, livrarmos-nos de seu constrangimento. Contudo, ao espírito também cabe o alimento dessas lembranças, digamos, ru-

ins. E é justamente da ruminação consciente da dor sentida pela lembrança delas, como da bem-temperança provocada pelas de bom auspício, que o ser-identidade poderá a cada passo se tornar mais senhor de si.

É neste momento que encontramos a postulação bergsoniana de que, se de alguma maneira é possível abordar experimentalmente o diáfano espiritual, isso se dá pelo fenômeno da memória. Fará ele uma estranha dissociação entre o que denominará de percepção pura, ou matéria, e lembrança pura, ou espírito. Para nós, essa divisão conceitual serviria para um melhor parâmetro de compreensão dos termos, visto que não existiria um exato limite demarcatório das funções de cada um. Assim, a função atribuída por Bergson à percepção ao separá-la – nesse primeiro momento como veremos – da memória, englobaria os mecanismos sensório-motores responsáveis pela ação-reação do corpo aos estímulos externos. Dessa maneira, ela atuaria sempre numa dimensão presentificada do tempo correspondente à relação imediata entre os corpos-matéria. Porém, para que esse automatismo se torne cada vez mais eficiente no alcance de seus objetivos, faz-se necessário um mecanismo de seleção daquelas ações que no tempo se mostraram mais eficientes, retendo-se os acontecimentos ocorridos, permitindo-se assim uma projeção otimizada do caminho a ser seguido.

É como se, no aceite da teoria evolutiva, as deficiências sensório-motoras da espécie humana fossem supridas pela eficácia lógica de sua atuação, cujo passo fundamental teria vindo com o aprimoramento das tecnologias de exploração dos recursos da natureza. Quiçá, é nessa esfera evolutiva que se complexificou a função simbólico-metafórica humana, pois, para o resguardo e a posterior seleção das imagens percebidas, seria necessário o transporte destas do espaço limítrofe entre corpo e ambiente externo para uma zona “profunda” onde elas seriam representadas. É, portanto, neste não-lugar pertencente à dimensão do espírito, o qual denominamos de memória, que a infinitude do conjunto de imagens que nos compõem se posiciona de modo tal a permitir a mistura, a substituição e a combinação entre uma e outras. Disso se poderia explicar, por exemplo, a promiscuidade imagética característica do onírico, como também o próprio fundo intuitivo que engendra as ideias. Sendo a partir da multiplicação combinatória das imagens que o indivíduo projetaria universos inexistentes, porém sempre tendo como base o que já existiu, ou seja, a medida de sua experiência perceptiva. O futuro abrindo-se para nós como a invenção de caminhos insuspeitos a partir de caminhos antes trilhados.

Desenvolvendo-se, então, as noções de percepção e memória puras, encontraríamos dois perfis psicológicos, ou duas diferentes disposições de espírito. A do homem voltado para a ação presente, indisposto com o tempo, levado por uma atenção sempre temente ao solucionar dos obstáculos insurgentes, sempre a dispensar sua catexia presente na direção de uma certeza objetiva. Não pretendendo sentir a duração do tempo, sua elasticidade, só concebe o mundo como instrumento ou alavanca para a construção de um futuro. De sorte que para esse sujeito o melhor é se ver livre do passado, e o recurso às lembranças só acontecerá na exata medida de sua serventia. Já o outro tipo, o do sujeito entregue ou tragado pela memória, no qual o hábito do relembrar-se acontece de maneira quase patológica,¹ conviveria com o passado no presente mesmo em que vive, devotando sua energia psíquica ao mundo quimérico das “imagens irreais”. Substitui, assim, o imediatismo de um presente inconsolado e desagradável por um universo abstrato no qual priva de seu maior bem: a intimidade. É o espírito voltado à substância incompreensível dos sonhos,² e que, mesmo no estado de vigília, se pega amiúde em devaneios considerados pela vida prática como vãos. Como bem diz Bergson, “para evocar o passado em forma de imagem, é preciso dar

1 Em seu conto “Funes, o memorioso”, Jorge Luis Borges descreve-nos o personagem Irineu Funes, um sujeito que, acidentalmente, adquiriu a faculdade de dilatar o espaço-tempo, discernindo, naquilo que não pode ser destacado ou isolado, uma total singularidade. Percebia, assim, nas infundáveis linhas da crina de um cavalo, nas diferentes faces de um morto num demorado velório, a mesma nitidez linear que observamos no claro desenho de um círculo sobre o quadro-negro.

2 Inspirados na clássica afirmação encontrada na *Tempestade*, de William Shakespeare, de que somos feitos da mesma matéria dos sonhos, indagaríamos então: de que substâncias são feitos os sonhos?

valor ao inútil, é preciso querer sonhar”. E acrescenta: “Talvez apenas o homem seja capaz de um esforço desse tipo” (1999, p. 90).

Enfim, retomando a reflexão de Bergson acerca do significado das relações entre memória e percepção, concluímos ser do desequilíbrio entre a reciprocidade das duas funções o aparecimento dos vários níveis de “cegueira psíquica”. O obnubilarse da consciência se dando no movimento pendular entre a alienação do sujeito quanto à sua subjetividade, por um lado, e a negação do mundo exterior, por outro; o que levaria à diminuição dissolutória da síntese identitária-existencial, efetivada tanto no poder consciente sobre as circunstâncias quanto em sua inerência nelas. Ora, tal “domínio consciente”, reforçamos aqui, nada mais significaria que a atenção, ou mesmo, o notar, da vida, pela iluminação dos acontecimentos passados. Uma vela irradiando-se sobre um horizonte cuja circunscrição denominaríamos de “Minha Vida”. E isso corresponde ao conjunto das lembranças-imagens que, em mim eclodindo, constituem o “Meu Nome”. A essas lembranças-imagens Bergson associará a definição de “memória espontânea”, “que tem por objeto os acontecimentos e detalhes de nossa vida, cuja essência é ter uma data e, conseqüentemente, não se reproduzir jamais” (1999, p. 90). Esta seria para ele a memória por excelência, e não aquela adquirida como resultado de um trabalho repetitivo da atenção, a qual terminará se fixando por uma condição de hábito. O caso extremo deste modo de memória constata-se, por exemplo, no didatismo antiquado que ainda impera nas pedagogias escolares, as quais associam a aprendizagem à assimilação repetitiva de um crescente acúmulo de informações. Todavia, essas lembranças-hábitos, operadas pelos mecanismos sensorio-motores, comporiam a ferramenta imprescindível, guardadas as diferenças de grau, a todos os seres vivos em suas reações adaptativas ao meio ambiente. Estamos assim de volta ao terreno da utilidade, no qual o passado é registrado sob a forma de hábitos motores. Se, no entanto, acreditamos que ao menos no homem existe uma capacidade natural de reter as imagens concernentes às situações passadas, deveremos acompanhar Bergson na indagação acerca da finalidade das lembranças-imagens: “Para que servirão essas imagens-lembranças? Ao se conservarem na memória, ao se reproduzirem na consciência, não irão elas desnaturar o caráter prático da vida, misturando o sonho à realidade?” (1999, p. 92). Ora se não seria esta a natureza da arte?! A de impregnar de sonho a realidade para torná-la um pouco mais suportável; ou, como se a realidade mesma, da única forma em que pelo humano pode ser apreendida, não passasse senão de um grande sonho coletivo. A questão é que o pensamento criador é da mesma estirpe do sonhar, com a magnânima capacidade de nutrir o sonho de uma substância “(real)izável”. Portanto, o desprovento desta profundidade onírica sobre a qual flutua nosso existir pensado-percebido da vida resultará naquele sujeito automatizado pela repetição útil de seus hábitos, o qual “encenaria sem cessar sua existência em vez de representá-la” (Bergson, 1999, p. 182).

Neste momento, o ato de reconhecimento das imagens-lembranças surgiria como a maneira pela qual passado e presente, memória e percepção, se uniriam numa mesma dimensão, a qual, na falta de uma terminologia, caberia a nós chamar de “tempo do viver”. Emergiria, assim, desta dimensão, a figura do “leitor do tempo”, o qual se caracterizaria pela intensa sensação advinda no momento do reconhecimento dos significados propostos pelas “palavras-imagens” percorridas por seus olhos. Nesse âmbito, Bergson traz à tona o chamado sentimento de *déjà vu*. Este se processaria pela similaridade-contiguidade das percepções presentes às percepções passadas consolidadas na memória. O fato é que, mesmo com toda a energia despendida nas tensões motoras com o enfrentamento do “tempo sempre a vir”, as lembranças-imagens de um “tempo ido” estão, a cada momento, sedimentando-se no espaço-tempo do espírito. E, para que elas não venham a usurpar o domínio da atenção sensorio-motora, caso do sujeito inteiramente devotado aos sonhos, faz-se necessária uma constante seleção de seu “aparecer à consciência”, relegando-as a um ostracismo em relação à *psique* alerta. Haveria assim um filtro pelo qual a percepção presente só reconheceria as lembranças-imagens direcionadas à ação motora quando guiada por um movimento em direção ao “tempo útil do futuro”. O ponto fulcral a que chegamos é que por algum escuso motivo tal seleção não ocorre com a qualidade de uma “perfeição-máquina”; assim, por obra mesma do espírito humano, às impressões atuais se condensaria a memória espontânea do tempo supérfluo do passado.

Um tempo “inútil”, caracterizado pelo movimento não visível do sujeito, por uma exótica ocupação do espaço estabelecida por um silenciar das manifestações exteriores do corpo. Porém, é justamente esta disposição do tempo para o espírito, um tempo distendido, que levará à recondução ao objeto percebido, a uma detenção do corpo-espírito sobre ele. Como bem observa Bergson, “se no reconhecimento automático nossos movimentos prolongam nossa percepção para obter efeitos úteis, nos *afastando* assim do objeto percebido, aqui, ao contrário, eles nos reconduzem ao objeto para sublinhar seus contornos” (1999, p. 111). É como se a fé perceptiva com a qual nos agregamos ao “espaço real” fosse, nas palavras de Bergson, “fortalecida” e “enriquecida” pela memória. Esta, no parentesco das imagens percebidas com as lembradas, agudizaria a percepção pelo valor resultante da coincidência entre sujeito percipiente e sujeito percebido. Coincidência que necessariamente ocorreria na detenção de um tempo sincronicamente recíproco, o qual se deixaria ser notado à medida que a contração da memória projetasse nele suas lembranças. Nesse sentido, o projetar-se da memória poderia se dar tanto pelo esforço da atenção concentrada como pela espontaneidade de uma atenção distraída; ou seja, uma memória que ora atenderia ao chamado das percepções, ora, por capricho, se escoaria sobre elas, recobrando-as com o invólucro de nossa existência passada.

Só essa coalescência entre o fundo lugar da memória e o espaço superfície da percepção, unidos como contínua ponte, poderia explicar o sujeito que se sente sempre na fronteira da nostalgia do que passou e da curiosidade do que está a passar, perpassados ambos os lugares pelo amplo espectro de suas possibilidades interpretativas. Devemos observar, no entanto, que se Bergson estabelece nesse encontro a passagem de um estado de virtual consciência, ao qual corresponde à lembrança-imagem, para o de uma atuação sensório-motora que tem seu ímpeto na assimilação perceptiva daquela, nossa intenção diretriz se manteria no foco da percepção imaginativa. Permanecendo neste foco, teríamos que propor, em vez de uma transfiguração da lembrança-imagem em imagem percebida, em decorrência do que a lembrança se enfraqueceria em troca de um fortalecimento da percepção, a idéia de uma justaposição pela qual memória e percepção permaneceriam por um determinado segmento do tempo em suspensão consciente. Instante suficiente para uma intuição (clara-evidente) tanto do presente observado quanto do passado rememorado. Preponderando nos dois estados o trabalho imaginativo: no primeiro podemos imaginar a existência decorrida, visto que já conhecida pela memória; no segundo imaginamos o tempo que decorre diante de nós, pois já conhecido por nossos sentidos perceptivos. Esse posicionamento irá conflitar-se com a afirmação de Bergson, de que “imaginar não é lembrar-se” (1999, p. 58). Por outro lado, ele nos permite essa visada, já que, ao longo da obra, não se interessa em discorrer acerca do ato imaginativo. Como também a postulação de que o presente seja essencialmente sensório-motor, e portanto extensivo e localizado, não possibilitará o voo do espírito sobre o horizonte contemplado pela percepção. Pois, para nós, é nesse momento que vemos realizar-se o instante exato em que o ser se compreende no que percebe, pela consciência imaginativa predisposta ao e no percebido.

Outrossim, acreditamos impor-se o problema da imaginação na pertinência lógica da interrogação do próprio filósofo: “Mas como o passado, que, por hipótese, cessou de ser, poderia por si mesmo conservar-se? Não existe aí uma contradição verdadeira?” (Bergson, 1999, p. 175). Ora, mas não foi ele próprio que cunhou o termo composto “lembrança-imagem”? A subsistência do passado, portanto, dar-se-ia pela conservação das imagens do que ele foi. Porém, seguindo-se a dúvida, de inspiração shakespeariana, que indaga a respeito da substância dos sonhos, admitiremos a inextensão delas, ou seja, a qualidade de uma ausência de substância. Não localizáveis, nem como vácuo, a única circunscrição que podemos ater às imagens é a que coincide com o alcance do nosso ser. E, deveras curioso, em sendo o que não é, elas têm o estranho poder da afetividade. Se, então, elas têm a vitalidade de nos afetar, o passado afetando o presente, em contrapartida, já que o conjunto de imagens passadas consiste num meu pertencimento ao outrora, tenho em mim o poder de agir sobre elas pela faculdade da imaginação, a saber, imaginando as lembranças-imagens a partir das relações afetivo-perceptivas com as quais atravesso o presente existir. Desse modo, a consciência possui a ferramenta – não material – que permite trabalhar as lembranças-

imagens composta da mesma incorpórea substância delas, dando-nos assim o direito de transfigurarmos o poder afetivo que atribuímos a essas lembranças-imagens, pois, ao rememorar-las imaginativamente, podemos dispô-las através de um certo controle. Ou mantendo a disposição espaço-temporal das representações, ou recombina-as de acordo com algum impulso estético, estaremos ficcionalizando nossa vida passada, porém sempre com a sensação de mantermos os pés no presente.

Discordamos, pois, da afirmação de que “nós só percebemos, praticamente, o passado, o presente puro sendo o inapreensível avançar do passado a roer o futuro” (Bergson, 1999, p. 176), visto que existiria um quase inapreensível instantâneo evento onde nossa atenção, ao distinguir sua figura-sobre-fundo, seu grau de diferenciação em relação aos demais eventos, conseguiria vislumbrar a individualidade de sua apresentação; ou seja, sua aparição única em sincronia com o sujeito vidente (1999, p. 188). Neste momento, Bergson nos permite uma interessante interlocução ao dizer que a “distinção nítida dos objetos individuais” requereria uma memória das imagens e que, para “uma concepção perfeita dos gêneros” enquanto esforço reflexivo, exigir-se-ia justamente o elidir das “particularidades de tempo e lugar” de uma dada representação. Esta consideração nos é importante na medida em que admite dois momentos de compreensão dos seres, o da individuação e o da generalização, os quais podem distinguir-se respectivamente como percepção e conceito. Façamos então nossas as palavras do filósofo quando afirma que “a idéia geral terá sido sentida e experimentada antes de ser representada” (Bergson, 1999, p. 188). O significado dessa frase de certo modo encampa e norteia a segunda parte deste trabalho como “veia interpretativa” por nós escolhida e definida. O momento da tradução representacional, concretizado pelo ato da escritura, é concebido como ato segundo do espírito. A semelhança da qual o espírito parte no processo de tomada de conhecimento é a semelhança sentida e/ou vivida que nos dispõe ao aparecimento singular de um fenômeno. Só então se fará possível a idealização de cunho geral, como uma “semelhança inteligentemente percebida ou pensada”. E acrescentamos diante disso que o trabalho escritural das imagens tanto rememoradas quanto observadas transitará entre a descritividade do singular e a conceituação geral, porém sempre a partir da memória do já experienciado, do reconhecimento da semelhança.

É neste contexto teórico, e, talvez, como um modo de exemplificá-lo, que propomos, como parte inter-complementar ao discorrido até agora, a experiência de uma escritura da memória. Esta assumiu o título de “Folias na fazenda”.

Folias na fazenda

A casa não era tão antiga. Tinha seus trinta anos. Seu especial interesse estava na extrema simpatia com a qual nos acolhia quando solicitávamos sua presença: algumas temporadas no ano, fora da normalidade circular da cidade grande.

A estrada

O trajeto até ela consumava-se num grande percorrer épico. Saíamos do apartamento muito cedo na manhã úmida, o dia anterior passado numa embriagante ansiedade pré-viagem. Percorreríamos enfadonhos quilômetros de asfalto, com suas inclinadas perspectivas e seus fios em movimento, antes de chegarmos às espetaculares 3 horas transitadas sobre a poeirenta estrada de barro. Este ponto era delimitado por uma parada na última cidade ligada pelo asfalto, o último baluarte urbano. Após um breve lanche na casa de parentes, onde encontrávamos nossos primos – não tão “urbanoides” como nós –, partíamos restabelecidos ao encontro do incomensurável. Atravessávamos quatro vilas perdidas no deserto de barro

e pedra antes de chegarmos à última, distante duas léguas da propriedade do meu avô. O mais marcante nesta estrada, singrando um território quase fantasma, esquecido por Deus e pelos homens, era a paisagem brilhantemente nova entrevista no percorrer uniforme e saltitante do veículo. Imagens irreconhecíveis feriam-me os olhos concentrados. Formas inéditas eram encontradas sob o verde, o cinza e o amarelo predominante; criando, para mim, um glamour surpreendente de imagens, acostumado que estava ao tédio repetitivo da perfeita geometria urbana. Avenida de avelozes, com seu verde escuro tenebroso, desfilavam a nossa passagem; seguida da observação preocupante: – se pegar nos olhos, cega! Pequenos açudes, resplandecentes de uma água prateada, onde lavadeiras esfregavam as roupas no dorso das rochas, davam-nos gana de “flecheirmos” em suas águas.¹ Óbvio que nossos desejos eram reprimidos pelo pragmatismo adulto de se chegar ao destino na hora prevista.

As cidadezinhas eram-nos nomeadas à medida que as cruzávamos: São João do Cariri, Serra Branca, Santa Luzia dos Grudes – dos Grudes?! Risos, a dissipar a seriedade da viagem. Enfim, quando as energias infantis já se tornavam sôfregas, o aviso reconfortante: – chegamos a Sumé. Sumé era o nome da cidadezinha onde realizávamos uma parada antes de se pegar uma estrada menor, da qual, percorridos 12 quilômetros, chegaríamos à porteira principal da fazenda, local convenientemente denominado de “o Doze”. Pequeno pouso para abastecimento no posto de Bolão, como para se fazer algumas compras na mercearia soturna e pouco movimentada de Pedro Odon, velho amigo da família. – Ah! Que notável diferença dos supermercados da capital, ao qual acompanhava minha mãe nas feiras de sábado.

Refeitas as energias, na real constatação do início de nossas aventuras selvagens, retornamos à estrada, confundida agora com a rua principal da cidade; pois a antiga e originária, desaguando na igreja e na praça do coreto, com suas pequenas casas e cadeiras na calçada, havia perdido sua importância com a construção da estrada nova. Ao sair da cidade, tomávamos à esquerda uma estrada secundária que interliga os municípios de Sumé e do Congo. Adentrava-se, nesta, o território do bravo. Se antes a relação com a natureza dava-se principalmente intermediada pelo olhar, agora ela fazia-se mais física, num contato quase direto, tornando o último trecho do périplo um verdadeiro desafio para nossos pequenos corpos, os quais encaravam o mundo como um gigante, visto sempre de baixo para cima. A vegetação adensava-se, invadindo o arremedo de estrada, que, devido às chuvas – era julho –, era carcomida pelos buracos e catabis. Ah! Quase esqueci, nossa variante branca 73 havia sido, apesar de seu temperamento arrojado, substituída por uma valorosa perua rural, único veículo que, pelo seu vigor físico, seria capaz de superar os fantásticos obstáculos impostos pelos deuses daquela região. E o maior deles, sem dúvida, eram os riachões, pequenos afluentes do lendário rio Paraíba, que, se completamente vazios durante a estação seca, só reconhecidos pelo seu areal branco e fino, assumiam proporções assustadoras à medida que desabavam as chuvas. O trecho seco transformava-se num riacho caudaloso, de força e velocidade invencíveis. Eram quatro os riachos a serem superados; e o maior deles era conhecido como riacho dos Espinhões. Numa ocasião, quando tentávamos sobrepujá-lo sob uma tempestade noturna, a perua rural rendeu-se às suas águas perversas e tivemos que sair às pressas pela traseira do veículo, sendo carregados até a margem. Nessa noite, nos albergamos numa pequena propriedade próxima, a fazenda Firmeza, onde fomos recebidos por um velho senhor de modos afetuosos e sorriso simpático, e, logo depois de secos e de ter comido pamonhas, dormimos à luz dos candeeiros. No dia seguinte, passada a tempestade, os *espinhões* se apresentavam em seu esplendor tormentoso: águas barrentas, de um marrom-terra, cruzavam a estreita estrada com feroz velocidade. Nesse dia só pudemos atravessá-lo num Jeep Willys – tração quatro rodas, que fez várias viagens levando as pessoas de um lado a outro de seu leito.

Chegando-se, enfim, à entrada da fazenda, o carro era retido pela porteira principal. Descíamos serelepes para compor nossa função de abridores de porteiras. Estas, normalmente, possuíam um sistema de trancamento feito de madeira que após puxado com esforço destravava-se, bastando-se assim empurrá-la

1 O verbo “flecheirar”, um neologismo criado na região, quer dizer mergulhar de cabeça na água.

para que pudéssemos, ao passo que se abria, pegarmos carona num de seus degraus. Então, o carro lentamente adentrava a fazenda e a porteira era encostada e devidamente trancada. Era realmente singular a alegria que este simples processo nos provocava. Até chegarmos à casa-sede da fazenda enfrentávamos mais quatro porteiros, que existiam para dividir áreas de pasto, e em todas elas conservávamos a mesma vitalidade no fazer manual de um ato inédito às nossas mesquinhas atividades rotineiras.

Penetramos assim no nosso território tão ansiado. Logo ao lado da cerca de arame farpado demarcadora das terras da fazenda, encontrava-se a primeira “casa de morador”. Não recordo seu nome, o do pai da família; crianças lambuzadas de barro vêm nos fazer festa: – gente estranha da cidade que chega. Algumas têm a barriga inchada “mó dos verme”. A fazenda é grande. Percorrem-se uns três quilômetros por um caminho esburacado até se chegar na casa-sede. A propriedade é grande, uns dois mil hectares. Como é julho, a caatinga está verde, de um verde florido. Aqui e ali vemos a vegetação rasteira salpicada de florzinhas silvestres. Contrariamente ao nome, a caatinga exala um perfume agradável, sutil, o ar invadindo nossos pulmões com seu odor benfazejo. Sente-se logo o cheiro de bosta de boi, por incrível que pareça um cheiro bom. O caatingueiro fechado marca todo o caminho, separado por pastos de capim-elefante. A jurema, que dá nome à fazenda, com seus espinhos cortantes de fundos arranhões, é predominante; assim como o inofensivo mameleiro, de folhas grossas – de grande serventia quando se vai obrar no mato. Aproximamos-nos da casa de Zé Galo, uma espécie de sede da parte norte da fazenda. No passado, ele fora acusado, talvez com razão, de ter matado dois cabras por causa de uma rixa de terras. É estranho, pessoalmente Zé Galo era risonho e simpático conosco, e dado a brincadeiras.

São fabulosas as nomações atribuídas aos lugares, assim como as alcunhas pelas quais as pessoas desta região são conhecidas: Pitôco, Lavanca, João Vermelho – porque era inteiramente vermelho –, Mané Borracha, Mané Azul – o Pescador –, Ná, Pena; nomes inusitados, de uma criatividade peculiar, imprimiam-nos um encantamento sonoro que nos marcava mais que as próprias pessoas ou lugares aos quais se referiam. Alguns desses “filhos da terra” carregavam histórias que exacerbavam ainda mais suas impressionantes figuras. João Vermelho, por exemplo, era inteiramente tomado pela diabete, de longe se podia sentir o odor de sua urina, atraindo pelo rastro deixado na terra uma legião de formigas saúvas. Tinha se casado em tempos imemoriais com Minervina, uma negra forte a qual chamávamos zombeteiramente de Minerva. Já Pitôco era um ex-cabo da polícia; alcoólatra inveterado, fora trazido pelo meu avô para permanecer isolado na fazenda, antes que a cachaça, que já tinha levado sua alma, levasse de vez sua vida. Era proibido de ir à feira da cidade nas segundas-feiras. Quando, por fuga, isso ocorria, era encontrado jogado na rua, desgraçado de bêbado. Todavia, na fazenda aparentava uma passividade tranquila, sendo visto sempre só, a realizar pequenas tarefas domésticas, plantando fruteiras, pescando, tentando esquecer-se. Havia também os vaqueiros, homens guerreiros, com seus gibões e calças de couro. Embrenhavam-se cedo no caatingueiro fechado, atrás de reses perdidas, retornando, muitas vezes, só no dia seguinte. Quem conhece a caatinga sabe da dificuldade de se abrir caminho por entre os espinhos dilacerantes das juremas e dos mandacarus. Imagine-se, por vez, montar a galope solto, sem caminho ou percurso certo, atrás de bois desgovernados. Viam-se nos rostos destes bravos sertanejos as cicatrizes fundas deixadas por seu ofício.

Passada a casa de Zé Galo, após uma longa subida à direita, avista-se uma linda paisagem, uma longa superfície platinada expressando reflexos cristalinos de luminosidade do fim de tarde: são as águas do grande açude da Jurema. Da beira da estradinha já podemos ver os marrecos a nadar em suas margens. Passamos pelo balde² e pelo sangradouro de cimento. Quando o tempo é de muita chuva, o açude sangra por sobre um paredão de cimento – formando um véu de água, tal qual uma cachoeira –. Postando-se em baixo, ao pé do sangradouro, podíamos tomar banho, recebendo uma pesada carga d’água. Depois, acompanhávamos o correr das águas por uma descida de pedras até dois poços situados na vazante do açude;

2 O balde do açude é uma estrutura alta de areia e barro que serve para conter e limitar suas águas.

o primeiro e maior dos dois era circulado por um chão liso feito de rocha natural e sombreado por pés de algarobas. Era uma grande festa, pois além de se mergulhar no poço podia-se, sentado na sombra, pescar piabas vindas do açude grande. Aqueles que dominavam a difícil técnica arvoravam-se em jogar a tarrafa, chegando mesmo a pegar traíras grandes. Quando o sangramento parava, escalávamos as pedras de volta ao paredão donde, “flecheirando” na água doce, dávamos intensas nadadas até o meio do açude, para voltar rapidamente com medo dos peixes grandes ou de cobras d’água.

Passado o açude entramos na longa reta final, que, findando na última porteira, dava acesso à querida casa da fazenda.

A casa

A casa era térrea e retangular. Devia medir uns trinta metros de frente por dez de fundo. Era toda avarandada por um terraço largo onde se penduravam inúmeras redes. E este era cercado por um tipo de flor violeta que lhe imprimia um típico perfume agreste. Largadas as malas e cumprimentada a velha Sá Rosa, nascida ainda nos tempos da escravidão, mãe de 18 filhos e com toda uma descendência espalhada pela região, partíamos logo para as corridas e brincadeiras em volta do terraço. A casa fora construída de modo que seu lado maior e frontal como que abraçasse quem chegava à porteira de entrada, a qual distava uns 50 metros da casa. Seu lado menor, à direita, limitava-se com uma outra construção onde estava instalada a cozinha, com seu forno de carvão, e uma espécie de sala de espera composta de bancos de madeira sem pregos. Contígua a esta se achava o que chamaríamos de sala de jantar, uma única e enorme mesa – com espaço para vinte pessoas, pois familiares e trabalhadores comiam juntos sentados em dois compridos bancos –, onde, na cabeceira, estabelecia-se o patriarca, o avô. Duas mulheres de moradores – empregadas na casa – ficavam durante toda a refeição a espantar o enxame de moscas que tentava pousar na comida, além de deixarem uma bacia de espuma de sabão num canto como armadilha para as mesmas. O interior da casa era composto por três quartos de casais, para os pais; duas salas espaçosas, nas quais todos se reuniam à noite, depois da janta, para se assistir televisão – o problema é que a imagem em preto e branco era péssima e só aparecia a seu bel prazer, em intervalos nada regulares; era melhor desistir, acostumados que estávamos com a boa imagem da TV da cidade, entretanto, os moradores, em pé, encostados a uma janela grande que dava para o terraço, insistiam, extasiados, em ver os flashes da programação noturna concedidos pelo aparelho antigo. Um quarto grande e largo, composto por quatro beliches era onde dormiam as “crianças”. Existiam três janelas que se abriam para um terreno cercado por algarobeiras e mangueiras onde se improvisava um campo de futebol. Mais ali, um pouco para a esquerda, avistava-se o catavento,³ para o qual nos dirigíamos nos fins de tarde a fim de tomar o terrível banho gelado, pois o único banheiro da casa, por conta da arraigada falta d’água, era de uso exclusivo dos adultos. Porém, antes do banho nos refestelávamos colhendo e comendo as inúmeras frutas existentes no sítio em volta do catavento: goiabas, laranjas-cravo, mangas, pinhas, corações-da-índia, azeitonas pretas, e a mais típica das frutas da região: o umbu. O umbuzeiro é uma árvore alta, galhenta, que dá um sombreado fechado, só se alcançando o fruto com o auxílio de uma vara, com a qual, cutucando-o, se o derruba no chão. É uma fruta verde, do tamanho de uma siriguela, com um gosto doce-azedo, mas delicioso em sua peculiaridade; se verde, solta um ácido que deixa os dentes, como se diz, “travados”; com uma bacia de umbus é possível se fazer a tradicional umbuzada: fervida no leite.

3 O catavento, como o próprio nome indica, tem a função de captar a energia eólica e assim movimentar uma engrenagem de sucção da água vinda de um poço artesiano.

O teto da casa não tinha forro, assim não havia o isolamento sonoro encontrado nos prédios modernos. Os ruídos e as conversas podiam ser ouvidos em qualquer parte dela. As falas de alcova, portanto, tinham que ser sussurradas ao pé do ouvido. Se quisesse ser escutado por todos bastava-se elevar a voz. O boanoite era dado coletivamente. Dormíamos olhando para o interior do telhado devassado, vendo as traves de madeira, e acordávamos com as frestas de luz que passavam por entre as telhas quebradas. Estas eram nosso maior terror. Ali, morcegos escondiam-se de dia, para, à noite, voar livremente pela casa – lembrávamos das amedrontadoras histórias dos moradores acerca dos morcegos-vampiros, ou das cobras que caíam do telhado em cima das pobres criancinhas. Os móveis eram todos antigos, da época da construção da casa. Nas paredes, retratos de antepassados desejosos de vida, porém presos ao limite da moldura oval: rostos estranhos, desconhecidos, atentavam-me a curiosidade para conhecer suas histórias, que, afinal, era a minha própria.

Nossos dias apresentavam uma rotina quase ritualística. Éramos acordados às cinco da matina, por uma sirene nos intimando a ir ao curral tomar leite de vaca tirado na hora; pegávamos um copo de alumínio, colocávamos três dedos de açúcar e íamos correndo para o curral, a uns duzentos metros da casa. Lá, nos compenetrávamos vendo o vaqueiro, sentado num tamborete – o bezerrinho amarrado e babando aos pés da mãe –, fazer jorrar com movimentos precisos da mão o leite original, do qual, variando de gosto de acordo com a vaca, sempre bebíamos dois ou três copos grandes. Ouvíamos concentrados os comentários sobre as reses: o touro holandês que quebrava uma cerca, e entrava a brigar com o dócil touro zebu, apelidado de “violino”; a febre aftosa que havia atacado duas vacas; e observávamos largamente os movimentos instintivos do rebanho no rebuliço do curral. Um fato sempre me provocava indignação: não se sabe o motivo, uma das vacas recusava a maternidade do bezerrinho, negando-lhe o leite. Este, coitado, atônito, insistia em suas tetas, mas era misteriosamente rejeitado. Uma anomalia da natureza? Vai saber. De volta à casa, por volta das sete, esperávamos o café reclinando-nos nas cadeiras de balanço, a contemplar o sereno da manhã, sentindo os raios mornos do sol reconfortar-nos do derradeiro frio noturno – pois, como no deserto, se de dia o calor era forte, à noite a temperatura despencava e tínhamos de dormir com cobertores. Mesmo de estômagos já cheios de leite, comíamos o indefectível cuscuz com leite acompanhado de algumas bolachas recheadas com manteiga de garrafa; raramente comia-se pão. Com o sol a subir, era hora de uma reunião de cúpula a fim de se decidir a programação matinal. A decisão, peremptória, sempre ficava a cargo dos adultos. A escolha felizmente corroborava nossas expectativas: vamos tomar banho de açude!, gritávamos em feliz algazarra. Restava saber em qual deles, pois eram quatro os açudes, e cada um reservava um projeto aventureiro específico, já que possuíam uma singularidade extraordinária, a começar pelos diferentes trajetos geográficos que percorríamos para alcançá-los. Assim, vejamos: tínhamos o mais tradicional, o já referido “açude velho da jurema”; era também o mais próximo, após uma caminhada de meia hora chegávamos ao seu largo e acolhedor paredão. Só no trecho final encontrávamos dificuldades, tinha-se que se superar um riacho equilibrando-se num caminho de pedras que servia como ponte. O que não consistia num risco mortal, pois se nos desequilibrávamos o dano maior era ficar-se sujo de lama até o joelho. O segundo açude não se definia como tal, era conhecido simplesmente como “a barragem”. Sendo o mais recente, possuía um ar moderno, com requintes tecnológicos em sua engenharia. Também tinha um paredão, mas de enorme risco, visto que um de seus lados limitava um fatal precipício de vinte metros. Seu maior atrativo, no entanto, estava nesse fundo, pois foram construídas duas grandes torneiras que, abertas, provocavam uma pesada queda d’água. Existia uma escada de marinho por onde descíamos e, segurando-nos para não sermos levados pela força da água, recebíamos aquela pesada carga sobre nossos corpos. O terceiro era o que eu mais gostava, fora dotado de um nome feminino composto por um diminutivo, “o açude da cachoeirinha”, o qual representava perfeitamente sua índole. Perpassava nele uma suave mansidão na passividade de suas águas paradas. Seu nome provinha do fato de que, quando sangrava, seguia por um declive de rochas formando uma pequena cachoeira. Esta desaguava num vale premiado por coqueiros, melancias e pés de cana-de-açúcar. Sugávamos o mel da cana e a água encarnada das melancias, enquanto um ágil morador subia nos coqueiros arremessando-nos lá de

cima os cocos mais verdes. Concluíamos a nossa festa de líquidos sabores, entornando na boca a água dos cocos a nos sujar com seu mel nossa cara e nossos corpos. Sem problema, logo depois “marcávamos carreira”, atirando-nos impetuosos na água gelada do açude. Por ser o mais longínquo, a ida à cachoeirinha tinha de ser planejada com antecedência. Aguardávamos ansiosos a confirmação do passeio. Uma vez lá, a fabulosa paisagem comungava com nossos espíritos, nutrindo-os com o jorro de sua sensorialidade brilhante e benéfica. O último, e o maior deles, era o famigerado “açude do capa”. Ainda hoje não encontro explicação para o nome. Só sei que ele nos infundia um certo temor, e uma estranheza. Muito raramente íamos nele, pois de difícil acesso e não muito dado a receptividades infantis. Em sua grandeza, era um território para os maiores. Mané Azul, o pescador, todos os dias antes do amanhecer o navegava em seu pequeno bote, resgatando sua rede coalhada de curimatãs, pacus e traíras. Tinha tamanha capacidade de guardar a água que só chegou a sangrar uma vez, na histórica chuva de 67, quando seu paredão estourou causando um desastre nas diversas plantações que irrigava.

Após as aventuras da manhã, ao meio-dia em ponto, estávamos todos preparados para o almoço. Era uma lauta refeição: iniciava-se com um prato servido unicamente de feijão, cobria-se este com farinha e amassava-se a mistura até se formar uma pasta grossa. O feijão era servido como uma introdução, uma entrada, após ele é que começava realmente o almoço. Não havia salada, as carnes predominavam: a tradicional carne de sol com macaxeira, carne de bode, de carneiro, guisado de galinha, peixes de açude; o arroz geralmente substituído por macarrão, e pouco tempero. Não havia geladeira, os animais eram mortos pela manhã e destripados diante de todos, no terreiro grande em frente da cozinha. Durante o almoço, comentários sobre a fazenda, discussões políticas e alguns “causos” engraçados. Por fim, o cafezinho, um leve descanso na varanda para se tomar uma fresca, e a retirada geral para os quartos: era o momento da sesta. Até as quatro horas, quando o sol relaxava, não se saía de casa; aperreados com as moscas, partíamos para o lanche: um grosso pedaço de queijo de coalho com uma talagada de goiabada cascão; novas brincadeiras, ou um banho de açude com o sol a se pôr sobre o sertão majestoso. No jantar, logo após o tempo escurecer, um prato de coalhada com açúcar, o xerém amassado, e um pouco de arroz com paçoca. Às nove, depois de alguma conversa e um jogo de sueca no alpendre, os olhos quase a fechar espontaneamente, nos entregávamos ao sono dos deuses.

Bem, a história é demasiada longa, e como não há um desfecho espetacular vamos ficando por aqui, não sem antes nos lembrarmos da resposta de Pitôco quando perguntado onde ficava aquela região: – É lá, no meio do mundo.

Referências bibliográficas

BERGSON, Henry. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.